
Aportes para uma compreensão das Relações Internacionais em Marx

Contributions to an understanding of international relations in Marx

Regiany Melo¹

Resumo: Na obra *Contribuição à crítica da economia política*, Marx inicia um projeto de análise da “anatomia da sociedade civil” (aprofundada, posteriormente, em “*O Capital*”) que, para ele, manifesta-se na história a partir da expansão do sistema econômico associado intrinsecamente ao desenvolvimento do Estado moderno. Seu objetivo é compreender o desenvolvimento social e histórico do capital através do exame da mercadoria, por intermédio de sua teoria do valor e de sua teoria monetária. Desse modo, podemos observar, através da formulação de suas teorias, como ocorre o intercâmbio das mercadorias entre mercados consumidores (economia), e consequentemente, entre os Estados burgueses (política). Assim, a partir da dimensão da economia política, podemos vislumbrar alguns aportes para uma compreensão das Relações Internacionais em Marx no nível das relações entre os Mercados Mundiais.

Palavras-chave: Teoria do Valor, Dinheiro, Mercado Mundial, Relações Internacionais.

Abstract: In the work *Contribution to critique of political economy*, Marx initiated a project of analysis of "anatomy of civil society" (detailed later in "The Capital") that, for him, manifests itself in history from the expansion of economic system inextricably linked to the development of the modern state. Your goal is understanding the social and historical development of capital through the examination of commodity, through his theory of value and his monetary theory. Thus, we can see, through the formulation of their theories, as is the exchange of commodity between consumer markets (economics), and consequently, between the bourgeois states (politics). So, from the dimension of political economy, we can discern some contributions to an understanding of International Relations in Marx in level of relations between the World Markets.

Keywords: Theory of Value, Money, World Markets, International Relations.

Introdução

A partir da análise crítica da economia política realizada por Marx, observamos que o poder privado (econômico) e o poder público (político) não devem ser considerados separadamente, pois sua dissociação faz parte do desenvolvimento e da manutenção do arcabouço ideológico do sistema capitalista. Assim, é no sentido de desvendar e apreender a base histórica de formação econômica e ideológica do sistema capitalista que Marx faz um estudo aprofundado dos clássicos da economia política representados por Locke, Mill, Smith, Ricardo, revisando os tópicos da infraestrutura estatal.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: filosofandocomplatao@hotmail.com.

A infraestrutura é a base econômica da sociedade e o elemento fundamental do processo histórico e social, compõe-se, pois, das forças produtivas e das relações sociais de produção. As relações de produção dependem, por sua vez, da superestrutura da sociedade, base ideológica e jurídica que fundamenta a dominação exercida pelo Estado burguês². De acordo com Marx, “na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um grau determinado de desenvolvimento das forças produtivas materiais”³. Assim, compreende-se que, segundo Marx, o modo de produção da vida material, estabelecido no sistema capitalista mediante condições econômicas de produção, determina o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em seus aspectos gerais.

Desse modo, podemos compreender a partir de Marx que o homem é determinado por seu ser social que está inserido numa dimensão da vida material econômica e ideológica, e cujas instituições hegemônicas preservam e reproduzem o sistema de dominação vigente com suas deficiências e contradições. Essas contradições são fruto do conflito entre as forças produtivas e as relações de produção e surgem das condições de existência social dos indivíduos. Todavia, segundo Marx, ao mesmo tempo em que essas contradições surgem na sociedade surgem, também por intermédio das forças produtivas, as condições materiais capazes de liquidar com essas contradições e, com isso, a reprodução do sistema.

A teoria do valor e o duplo caráter do trabalho

Marx começa sua análise a partir da mercadoria, produto do trabalho, que se apresenta a nós sob um duplo aspecto, a saber, o valor de uso e o valor de troca. O valor de uso é atribuído a um determinado produto por seu caráter de necessidade ou utilidade a ele intrínseco, por isso é indiferente à determinação econômica e, por isso mesmo, é indiferente à forma social. Enquanto que o valor de troca compõe-se da base material onde se fundamenta uma relação econômica imediata. Uma mercadoria possui ambos os valores e, estes são estabelecidos de acordo com o caráter do trabalho. Pois, consoante a Barbosa, “o sentido da mercadoria está na sua relação social/troca, assim sendo, o parâmetro referencial ao estabelecimento da equivalência entre valores-de-uso distintos é possível devido à substância comum às mesmas, o trabalho”⁴.

O trabalho possui desse modo um duplo caráter: ele é trabalho específico, individual que se manifesta nas diferenças das atividades e gera valores de uso; e é trabalho geral, abstrato gerando valores de troca. O valor de uso é produto de indivíduos diferentes que exercem trabalhos diversificados, e o valor de troca, por representar trabalho igual não diferenciado, anula a individualidade dos trabalhadores, embora estabeleça a dimensão social do trabalho.

² Marx apresenta a sua concepção de Estado precisamente após a realização de uma revisão crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Para Marx, o Estado é o responsável por administrar os assuntos da burguesia, atuando como a força política da classe dominante. O estado é uma instituição burocrática que só pode ser explicada nas relações presentes nas condições materiais de existência, ou seja, através da “sociedade civil” cuja anatomia deve, segundo Marx, ser procurada na economia política.

³ MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 24.

⁴ BARBOSA, José Luciano albino. “Da mercadoria ao seu fetiche”. In: *VEREDAS FAVIP*, Caruaru, Vol. 1, n. 01, jan./jun – 2004, p. 64.

A forma utilizada para medir o valor de troca é a quantidade diferenciada que cada mercadoria terá enquanto o equivalente do valor do trabalho social, ou seja, a diferença quantitativa de trabalho. A partir daqui, Marx se questiona que fator medirá a quantidade de trabalho social contido em cada mercadoria. A resposta alcançada é: o tempo, isto é, o tempo de trabalho social que se leva para produzir determinada mercadoria. Só assim é possível calcular o valor de trabalho expresso na produção de cada mercadoria de modo universal. Marx se expressa do seguinte modo:

A questão que se coloca é a seguinte: como medir estas quantidades? Ou melhor: qual modo quantitativo de existência do próprio trabalho, dado que as diferenças de grandeza das mercadorias, enquanto valores de troca, são apenas as diferenças de grandeza do trabalho nelas materializado. Assim o modo quantitativo de existência do movimento é o tempo, o modo quantitativo de existência do trabalho é o tempo de trabalho⁵.

O trabalho de todos os indivíduos quando se manifesta em valores de troca é transformado em trabalho social igual, isto é, nivela-se a quantidade de trabalho dos indivíduos pelo tempo de trabalho. Assim, podemos calcular, independente do trabalho que determinado indivíduo exerce, o valor da mercadoria pelo tempo de trabalho despendido na sua produção. O tempo se torna, pois, o caráter geral do trabalho individual que aparece como caráter social. Para Marx, antes era o quadro familiar que dava ao produto do trabalho o seu caráter social, hoje “são os trabalhos determinados dos indivíduos, sob a forma de prestações em gêneros, é a particularidade e não a generalidade do trabalho, que constituem nesse caso o laço social”⁶.

Todavia, o valor de troca se estabelece pelo equivalente geral de todos os valores de uso, o que Marx chama de valor de troca realizado. Assim, a mercadoria encontra o seu valor de troca, não só no tempo de trabalho, mas também na expressão dos valores de uso de todas as outras mercadorias através de uma ligação teórica. A mercadoria possui, portanto, esse duplo valor (de uso e de troca), caso contrário ela não seria mercadoria, de modo que no seu processo de troca, a mercadoria que é um valor de uso e de troca passa a ser para seu proprietário um não-valor de uso, pois se ela fosse valor de uso para seu proprietário seria um produto de satisfação e não uma mercadoria. Desse modo, a mercadoria só é um valor de uso para seu proprietário enquanto é um valor de troca, para o qual deve se tornar um valor de uso para um não-proprietário.

A mercadoria para tornar-se um valor de uso deve alienar-se universalmente, o que corresponde passar de um não-valor de uso do proprietário para um valor de uso de um não-proprietário. A mercadoria existe na troca como um valor de troca, e para que ela se realize como valor de uso é necessário que ela se realize antes como valor de troca. Todavia, para que a mercadoria adquira valor de troca é necessário que ela represente um tempo de trabalho materializado aplicado a um determinado fim útil, contido, pois, em um valor de uso. Só assim ela aliena-se e passa de um tempo de trabalho concreto, particular (que produz valores de uso) para um tempo de trabalho abstrato, geral (que produz valores de troca). Essa relação dialética representa as relações de produção entre os valores das mercadorias no processo de troca. Para Marx, “se a mercadoria só pode tornar-se valor de uso ao realizar-se como valor de troca, não pode, por outro lado, realizar-se como valor de troca senão afirmando-se como valor de uso na sua alienação”⁷.

⁵ MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Op. cit., p. 33.

⁶ MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Op. cit., p. 37.

⁷ MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Op. cit., p. 45.

Quando representamos a mercadoria no valor de uso geral, mostrando a partir dela os valores de troca respectivos, não alcançamos o valor de troca prático, mas apenas teórico. Aqui a mercadoria é pensada apenas como um quantitativo determinado de tempo de trabalho geral, materializado. Assim, “para que, de pura abstração que era, o modo de existência de uma mercadoria particular enquanto equivalente geral se torne o resultado social do próprio processo de troca, basta inverter os termos geral (abstrato) e específico (particular)”⁸. Esse termo geral é o equivalente geral da ação universal exercida sobre ele por todas as outras mercadorias.

A Moeda e o Dinheiro enquanto medida de valor e meio de circulação

O equivalente geral, isto é, a determinação formal da mercadoria representada pela moeda, se manifesta como medida de valor das mercadorias e como meio de circulação. Todavia, o equivalente geral é excluído das relações de valores após permitir que as mercadorias se relacionem entre si em sua forma material imediata adquirindo, assim, valor de troca na sua alienação. Desse modo, a mercadoria adquire um duplo valor: um *valor de uso particular* que lhe é próprio e um *valor de uso geral*. Ou seja, ela é valor de uso particular e representa o modo de existência do valor de troca, mas é, também, uma necessidade geral concebida pelo próprio processo de troca e tem um valor de uso universal.

Após a formação das concepções dos valores de uso particular e geral exercidos pela mercadoria, Marx chega à conclusão de que “a mercadoria particular que representa assim o modo de existência adequado do valor de troca de todas as mercadorias sob a forma de uma mercadoria particular, exclusiva, é... o dinheiro”⁹. Dessa forma, e nos devidos termos, o dinheiro¹⁰ representa a nova determinação formal que fora excluída no processo de alienação da mercadoria. Vale ressaltar que o dinheiro, enquanto moeda, não é, pois, um símbolo, nem produto da reflexão ou de convenção, ele é uma categoria econômica real que surge “instintivamente” por e através da própria mercadoria e caracteriza as formas sociais do trabalho criador de valor de troca. O dinheiro se mostra através do preço da mercadoria e, o preço surge como a metamorfose sofrida pelo valor de troca (equivalente geral) das mercadorias no processo de circulação¹¹. O processo de circulação estudado por Marx na *Contribuição à crítica da economia política* é a fórmula Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria¹².

Marx analisa separadamente a fórmula da circulação de mercadorias nos binômios Mercadoria-Dinheiro e Dinheiro-Mercadoria. Em ambos a mercadoria adquire uma dimensão particular, enquanto que o dinheiro se expressa como mercadoria universal. O dinheiro é, pois, o termo médio, o meio de circulação na relação entre o vendedor e o comprador (indivíduos que se relacionam entre si como detentores de mercadorias), isto é, o dinheiro enquanto desempenha a função de capital supõe a

⁸ MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Op. cit., p. 49.

⁹ MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Op. cit., p. 51.

¹⁰ O valor realizado como meio de circulação, na venda das mercadorias, se transforma em dinheiro. Em sua análise sobre o dinheiro, Marx determina três funções primordiais desse: (1) meio de entesouramento ou reserva de valor; (2) meio de pagamento; e (3) dinheiro mundial.

¹¹ Cf. MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Op. cit., p. 73.

¹² Não iremos desenvolver aqui a abordagem da fórmula Dinheiro – Mercadoria – Dinheiro, pois está implica problemáticas muito extensas da relação do trabalho e da alienação da força de trabalho, que passa a se caracterizar como mercadoria. Essa vertente seria, neste momento, inapropriada, já que nos propomos em levar a análise econômica de Marx para as relações entre mercados consumidores ou entre os Estados burgueses. Trata-se, pois, de analisarmos uma perspectiva de uma possível dimensão das Relações Internacionais no desenvolvimento da teoria marxista sobre a economia política.

existência de relações econômicas em suas formas mais concretas¹³. Para Marx, a separação entre compra e venda no processo de troca é constituído por um processo ininterrupto de deslocamento e oposição entre eles (compra/venda ou mercadoria/dinheiro), e são estes que dão possibilidades para as crises comerciais. O dinheiro aumenta as contradições contidas no trabalho social, pois a relação de produção com o dinheiro implica diversos fatores, não apenas o preço determinado pelo tempo de trabalho social. Para Marx,

O caráter superficial e formal da circulação simples do dinheiro manifesta-se precisamente no fato de todos os fatores que determinam o número dos meios de circulação dependerem de circunstâncias todas elas exteriores à circulação simples do dinheiro e que se limitam a refletir-se nela: a massa das mercadorias em circulação, os preços, a alta ou baixa destes, o número de compras e de vendas simultâneas e a velocidade de rotação da moeda dependem do processo de metamorfose do mundo das mercadorias: este, por sua vez depende do aspecto de conjunto do modo de produção, do montante da população, da relação entre a cidade e o campo, do desenvolvimento dos meios de transporte, do grau de divisão do trabalho, do crédito, etc.¹⁴

No entanto, o dinheiro enquanto signo de valor das mercadorias torna-se um signo da matéria monetária através do consentimento dos proprietários, ou seja, passa a existir convencionalmente, de modo que o Estado atua no sentido de garantir o consenso do símbolo¹⁵. De acordo com Marx;

o papel-moeda do Estado de circulação forçada é a forma acabada do signo de valor e a única forma de papel-moeda que nasce diretamente da circulação metálica, ou da circulação simples das próprias mercadorias. A moeda fiduciária pertence a uma esfera superior do processo de produção social e é regulada por leis muito diferentes.¹⁶

Entretanto, o próprio signo de valor ou papel-moeda, no processo de circulação, cai sobre suas próprias leis imanentes, isto é, as leis do mercado.

O Mercado Mundial e as Relações Internacionais

No mercado mundial, onde as fronteiras dos diversos países são abolidas, as medidas monetárias nacionais se modificam e dão lugar as medidas gerais do peso dos metais¹⁷, isto é, o signo de valor (o dinheiro) enquadra-se em uma forma mais geral de medida (no caso específico do século XIX, são os metais que poderíamos vincular à medida contemporânea como a moeda mais expressiva dos mercados consumidores, como, por exemplo, o dólar e/ou o euro que baliza o sistema de preços no âmbito internacional). Assim, o dinheiro, enquanto moeda universal, “renuncia” as formas particulares que adquiriu no mercado interno, como padrão de preço, numerário (em relação ao ouro) ou signo de valor, isto é, adquire outro padrão de valor.

No mercado interno os valores eram determinados pela medida de uma única mercadoria (o equivalente geral/moeda), já no mercado externo o valor adquire uma dupla medida, a saber, enquanto ouro e prata. O ouro e prata surgem como meios de troca universais, como meio de compra

¹³ MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Op. cit., p. 243.

¹⁴ MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Op. cit., p. 105.

¹⁵ MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Op. cit., p. 245.

¹⁶ MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Op. cit., p. 115.

¹⁷ Cf. MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Op. cit., p. 78.

e venda de modo autônomo frente às pessoas particulares e suas relações individuais. Ademais, sobre o mercado externo, Marx se expressa da seguinte forma:

Assim como a moeda, ao desenvolver-se, se transforma em moeda universal, o proprietário de mercadorias torna-se cosmopolita. Na sua origem, as relações cosmopolitas entre os homens não são mais que como proprietários de mercadorias. Em si e para si, a mercadoria está acima de qualquer barreira religiosa, política, nacional e linguística. A sua língua universal é o preço, e a sua comunidade o dinheiro. Mas com o desenvolvimento da moeda universal em oposição à moeda nacional, desenvolve-se o cosmopolitismo do proprietário de mercadorias sob a forma da religião da razão prática em oposição aos preconceitos hereditários religiosos, nacionais e outros, preconceitos esses que entram a troca de substância entre os homens¹⁸.

Podemos compreender que à medida que os processos de troca se desenvolvem, o proprietário de mercadoria busca uma medida real para o valoramento de sua mercadoria. De modo que o cálculo que antes se dava pela simples quantidade de tempo de trabalho materializado ou do equivalente geral sofrem várias modificações específicas da relação mercadoria-dinheiro ou dinheiro-mercadoria, oscilações próprias do desenvolvimento do capital e da lógica do mercado.

Nessas relações comerciais/mercantis o Estado surge como o sistema burocrático que tenta, através de medidas econômicas, controlar as oscilações mercadológicas, promovendo, pois, a possibilidade de expansão do mercado interno para um mercado mundial. O Estado promove e estabiliza a moeda nacional com o objetivo de competir com os mercados externos, facilitando a livre circulação de mercadorias em sua forma rentável de dinheiro. É por isso que, para Marx, não pode haver uma dissociação entre o Estado e a economia, pois ambos formam uma unidade.

Nessa pesquisa, tentamos mostrar que se há uma fundamentação das Relações Internacionais em Marx, estas se dão nas relações comerciais mundiais, ou seja, entre mercados consumidores. No desenvolvimento de sua crítica à economia política, Marx nos proporciona a concepção social e histórica do desenvolvimento das relações entre os Estados que se efetivam nas dimensões sociais e econômicas. Uma compreensão das Relações Internacionais só pode ser apreendida em termos das relações interestatais no entendimento das estruturas sociais e hegemônicas, bem como nas relações desenvolvidas no comércio mundial.

Referências bibliográficas

BARBOSA, José Luciano albino. Da mercadoria ao seu fetiche. In: *Veredas FAVIP*, Caruaru, Vol. 1, n. 01, pp. 62-66, jan./jun - 2004.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

VIGEVANI, Tullo; MARTINS, Aline Regina Alves; MIKLOS, Manoela e RODRIGUES, Priscila. A contribuição marxista para o estudo das relações internacionais. In: *Lua Nova*, São Paulo, N.83, p. 111-143, 2011.

¹⁸ MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Op. cit., p. 145.